

Rui nega articulação por sucessão de Temer

Petista descarta especulações após participar de encontro de governadores em Brasília

HENRIQUE BRINCO
REPORTER

A crise política e a busca de financiamento para projetos foram alguns dos temas do Fórum Permanente de Governadores, ocorrido na residência oficial do governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg (PSB), antontem em Brasília. Um dia após se reunir com os gestores e com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o governador Rui Costa (PT) afirmou que o encontro aconteceu em função do projeto de convalidação dos incentivos fiscais. O chefe do executivo estadual falou sobre o assunto ontem, na União dos Municípios da Bahia (UPB), em Salvador, durante a assinatura de adesão da Bahia ao programa Garantia-Safra.

Questionado se houve algum consenso entre os governadores sobre mudança na Constituição Federal garantido eleições diretas, com a possível saída de Michel Temer (PMDB) do governo, Rui afirmou que o assunto não foi tratado na reunião. A especulação em torno do tema se dá porque é o presidente da Câmara que assume o comando do país por 30 dias e convoca eleições indiretas. Diante da crise, rumores davam conta de que o encontro serviria para alinhar a saída do presidente. O projeto de lei complementar (PLP) 54/2015 que regulariza os incentivos trata da convalidação dos benefícios a empresas já concedidos pelos estados e estipula normas para o fim desses incentivos. A proposta foi aprovada em abril de 2015 pelo Senado, mas está parada na Câmara dos Deputados.

"O Nordeste precisa atrair mais investimentos. Toda mudança nas isenções fiscais concedidas pelos Estados às empresas é de nosso total interesse. Isso está sendo discutido na Câmara dos Deputados e nós viemos apresentar a posição

unânime da região. [...] O país é maior do que as dificuldades. Minha determinação é o consenso e a solidariedade entre os estados", escreveu o governador nas redes sociais durante o encontro na capital federal. Além de Rui e Rollemberg, também participaram do encontro em Brasília o governador do Mato Grosso, Pedro Taques; de Goiás, Marconi Perillo; do Acre, Tião Viana; do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão; de Minas Gerais, Fernando Pimentel; do Tocantins, Marcelo Miranda; de Alagoas, Renan Filho; de Pernambuco, Paulo Câmara; de Sergipe, Jackson Barreto; do Piauí, Wellington Dias; do Ceará, Camilo Santana; do Rio Grande do Norte, Robinson Faria; de São Paulo, Geraldo Alckmin; e do Maranhão, Flávio Dino.

DIANTE da crise política, especulou-se que Rui Costa aproveitou a viagem à capital federal para abordar a eventual saída de Michel Temer e a convocação de novas eleições, o que foi negado pelo petista



Governo promete R\$ 70 milhões para agricultura

Ainda em conversa com os jornalistas ontem, Rui comentou a adesão da Bahia ao Garantia-Safra. O programa destina renda mínima para até 345 mil famílias que perderem a lavoura. Agora, por meio do Governo do Estado, estão assegurados mais R\$ 70 milhões para a agricultura familiar. Para ele, o Garantia-Safra "é importante porque significa recursos que entram nos municípi-

os baianos para as famílias dos agricultores no caso de uma seca, como a que tivemos no último ano". Apenas para citar dois exemplos, até julho, 170 tratores agrícolas chegarão ao interior para ajudar a agricultura familiar na Bahia, e estamos comprando R\$ 3 milhões em mudas de palma para alimentar os rebanhos dos produtores", acrescentou Rui.

O petista ainda anunciou novas

ações do Bahia Mais Forte, programa estadual executado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). Além de licitar a aquisição de 10 milhões de mudas de palma forrageira, por meio do Projeto de Segurança Alimentar do Rebanho, o governador assinou o termo de cooperação entre a SDR e a Secretaria de Segurança Pública (SSP) para implantação da Ronda Maria da Penha Rural.

Vereadores aprovam alteração na previdência municipal

Foto: Antonio Queiros

ROMULO FARO
REPORTER

Os vereadores de Salvador aprovaram ontem o Projeto de Lei Complementar N° 03/17, que trata sobre a gestão do Regime Próprio de Previdência e cria o Fundo Municipal da Previdência do Servidor (Fumpres). A matéria teve voto contrário apenas do vereador Hilton Coelho (PSOL). As bancadas de oposição e governo negociaram e conseguiram fazer acordo para votação em plenário. As negociações envolveram também os sindicatos dos servidores. A proposta recebeu emenda ampliando a composição do Conselho Municipal de Previdência do Servidor de oito para 10 integrantes, o que permitiu aumentar de três para quatro a representação sindical e incluiu uma cadeira para o Legislativo municipal.

Além da emenda da oposição, foi acordado que a redação final deixará claro que os representantes dos trabalhadores serão indicados pela

categoria – apenas se num prazo de 30 dias os sindicatos não definirem os quatro conselheiros, o prefeito terá a prerrogativa de escolher entre as opções apresentadas. Dos 34 artigos do PL 03/17, a bancada da oposição votou contra os artigos 7º, 9º e 10º, que tratam do Conselho Fiscal e do Comitê de Investimento. A votação foi acompanhada em plenário por Daniel Ribeiro, presidente do Instituto de Previdência do Salvador (Previs), que será extinto e terá suas atividades, acervo e pessoal transferidos para a Diretoria de Previdência da Secretaria Municipal de Gestão (Semge) de Salvador.

O vereador Hilton Coelho votou contra todos os artigos. Já Moisés Rocha (PT), Silvio Humberto (PSB), Suica (PT), Hélio Ferreira (PCdoB), Trindade (PSL), Marta Rodrigues (PT), Aladilce Souza (PCdoB) e Edvaldo Brito (PSD) votaram contra os artigos 7, 9 e 10, por discordar da composição dos órgãos que são criados pela lei. Durante a votação, hou-

ve protestos de sindicalistas nas galerias da Casa. Uma polêmica suscitada pelo texto é que ele cria uma estrutura composta por um conselho previdenciário, um conselho fiscal e um comitê de investimento.

AL-BA - Na Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA), as atividades em plenário continuam resumidas a discursos a favor e contra os governos de Rui Costa (PT) e de Michel Temer (PMDB). Os deputados estaduais não votam um projeto sequer há dois meses. A oposição está obstruindo as votações para pressionar o governo a liberar as emendas dos parlamentares, aprovadas pela Casa. A bancada da minoria acusa o governador de "desrespeitar as leis e a Constituição", como disse ontem o deputado Hildécio Meirelles, do PMDB. O tucano Adolfo Viana também reclamou. "Não respeita as instituições. Nem decisão Judicial nem o Legislativo estão tendo o tratamento republicano que o governador diz ter", disse.



AS BANCADAS de oposição e governo fizeram acordo para a votação do projeto

“Receitas municipais encolhem 6%, mas contas mantêm equilíbrio”, diz Paulo Souto

GUILHERME REIS
SUBEDITOR

Aconteceu na manhã de ontem, no Centro de Cultura da Câmara Municipal de Salvador (CMS), uma audiência pública que apresentou o balanço financeiro do primeiro quadrimestre de 2017, bem como a comparação com dados do ano passado. Presidido pelo presidente da Comissão de Finanças da Casa, vereador Tiago Correia (PSDB), o evento contou com o secretário municipal da Fazenda, Paulo Souto, que ficou encarregado de fazer a explanação. De acordo com Souto, o a receita do município teve uma queda real de 6%, mas garantiu que a prefeitura conseguiu manter o equilíbrio fiscal. "A queda da receita foi maior do que a das despesas, mas a prefeitura conseguiu, por exemplo, aumentar seus investimentos na área de saúde e educação. Estamos atravessando o terceiro ano de recessão no país mantendo uma gestão austera, sem atrasar salários e conservando nossa regra principal que é o equilíbrio e responsabilidade fiscal", pontuou.

Por outro lado, as despesas caíram menos, correspondendo a 3,8%. "O equilíbrio financeiro foi mantido devido a uma margem em grande parte resultante da arrecadação do IPTU, em virtude da concentração da arrecadação em fevereiro devido ao pagamento da cota única", explicou. Durante a exposição, uma das questões mais destacadas pelo secretário foi o IPTU, cujo reajuste defendeu para garantir a solidez das contas. "É preciso cuidado para se saber se o que se fez aqui foi uma coisa inusitada. O IPTU é um imposto que taxa patrimônio, é uma receita importantíssima para a cidade se formos falar das arrecadações totais", disse. Ainda na audiência, o secretário mostrou que o ITIV vem caindo desde 2013, mas ressaltou que as transferências correntes, como FPM, ICMS, IPVA e ITR não tiveram queda real. Destas,

o ICMS (cerca de 21%) e o Fundeb (cerca de 17%) respondem pela maior parcela dos recursos. Segundo ele, as despesas com custeio caíram 4%. "É uma queda expressiva, pois muitas das receitas da prefeitura são incompressíveis. Em relação ao primeiro quadrimestre de 2016 tivemos uma redução de arrecadação de R\$56 milhões", ressaltou o titular da Sefaz. O secretário ainda defendeu o projeto que autoriza a desafetação e alienação de terrenos municipais. Já o investimento em educação foi de 25,15% e em saúde de 16,80% do orçamento. Nas duas áreas a prefeitura supera o percentual preconizado por lei.

o ICMS (cerca de 21%) e o Fundeb (cerca de 17%) respondem pela maior parcela dos recursos.

Segundo ele, as despesas com custeio caíram 4%. "É uma queda expressiva, pois muitas das receitas da prefeitura são incompressíveis. Em relação ao primeiro quadrimestre de 2016 tivemos uma redução de arrecadação de R\$56 milhões", ressaltou o titular da Sefaz. O secretário ainda defendeu o projeto que autoriza a desafetação e alienação de terrenos municipais. Já o investimento em educação foi de 25,15% e em saúde de 16,80% do orçamento. Nas duas áreas a prefeitura supera o percentual preconizado por lei.

Foto: Reginaldo Ipe



PAULO Souto disse que o equilíbrio foi ajudado pelo desempenho da arrecadação do IPTU

Oposição questiona transparência das finanças

Membro da Comissão de Finanças na Câmara de Salvador, a vereadora Marta Rodrigues (PT) criticou o balanço apresentado por Souto, alegando que não é transparente o suficiente. "Dando uma olhada nos quadros, tivemos dificuldades de encontrar alguns pontos. É por isso que Salvador está atrás em transparência, na 17ª posição, ao contrário do governo do Estado. O

prefeito, por exemplo, lançou Salvador 360, mas de onde esse virá esse dinheiro?", questionou. "Precisamos simplificar e tornar acessível esses números. A prefeitura tem questões importantes a resolver como a situação da Previdência dos servidores, que acumula uma dívida imensa. Precisamos acompanhar isso no dia a dia", completou.

Para Silvio Humberto (PSB), o

IPTU é pago de forma desigual no que diz respeito ao valor dos imóveis. "Não podemos considerar Salvador uma cidade dependente do seu IPTU. Quando se trabalha com números, você mostra aquilo que é favorável. O aumento do IPTU ficou concentrado nos imóveis de R\$100 a R\$500 mil. Quem podia pagar muito mais, terminou pagando muito menos", apontou.